



# COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTURA FAMILIAR

A contribuição das comunidades tradicionais e da agricultura familiar para a garantia da conservação da biodiversidade



GOOD  
GROWTH  
PARTNERSHIP

CONSERVAÇÃO  
INTERNACIONAL



Brasil



PERSPECTIVAS DE GÊNERO PARA UMA  
PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL NO MATOPIBA

# **COMUNIDADES TRADICIONAIS E AGRICULTURA FAMILIAR**

A contribuição das comunidades tradicionais e da agricultura familiar para a garantia da conservação da biodiversidade

Brasília/DF, 2021

## **REALIZAÇÃO**

Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil)

## **COORDENAÇÃO E REVISÃO**

**Gerente Sênior de Produção Sustentável**

Karine Barcelos

**Coordenadora de Projetos**

Iamilly Cunha

## **PESQUISA E CONTEÚDO**

**Coordenação**

Ana Cecília Kreter (EConsult)

**Especialista Técnico**

Jefferson Staduto (EConsult)

**Especialista de Comunicação**

Mariana Cristina dos Santos Resende (EConsult)

**Assistentes**

Patrícia Estanislau, Rafael Pastre, Cleyton Vilarino

## **COAUTORIA**

Aurenilde Aires dos Santos, Ellen Acioli, Isabel Figueiredo

## **PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO**

Javiera de la Fuente C.

## **ILUSTRAÇÕES**

Augusto Lopes dos Santos Borges, Leonardo Simão Lago Alvite

## **TABELAS E GRÁFICOS**

Jefferson Staduto, Ana Cecília Kreter

## **FOTOS**

Valdir Dias (capa), Flavio Forner / Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), Pixabay, Valdir Dias

1ª edição

---

A série de cartilhas *Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável no MATOPIBA* faz parte da iniciativa global Parceria para o Bom Desenvolvimento (Good Growth Partnership – GGP), implementada pela Conservação Internacional (CI-Brasil), com apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiamento do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF). No Brasil, o projeto visa promover o estabelecimento de paisagens agrícolas sustentáveis que conciliem a produção de soja e a conservação da natureza na região do MATOPIBA.

---

# APRESENTAÇÃO

Assegurar a eficiência na gestão de recursos naturais e garantir sua manutenção para as futuras gerações são algumas das grandes questões quando se discute sustentabilidade do empreendimento rural, assim como o aumento da produção e a manutenção do bem-estar da população no campo.

Se todas essas variáveis são imprescindíveis para compreender os desafios do meio rural brasileiro, discutir o papel da mulher, suas peculiaridades e suas oportunidades torna as análises e os desafios sobre o espaço rural ainda mais instigantes. Mais que compilar números, perceber essa realidade a partir do olhar feminino traz elementos que expressam uma rica narrativa de mudanças na estrutura da própria sociedade, estabelecendo novos paradigmas para uma produção mais sustentável.

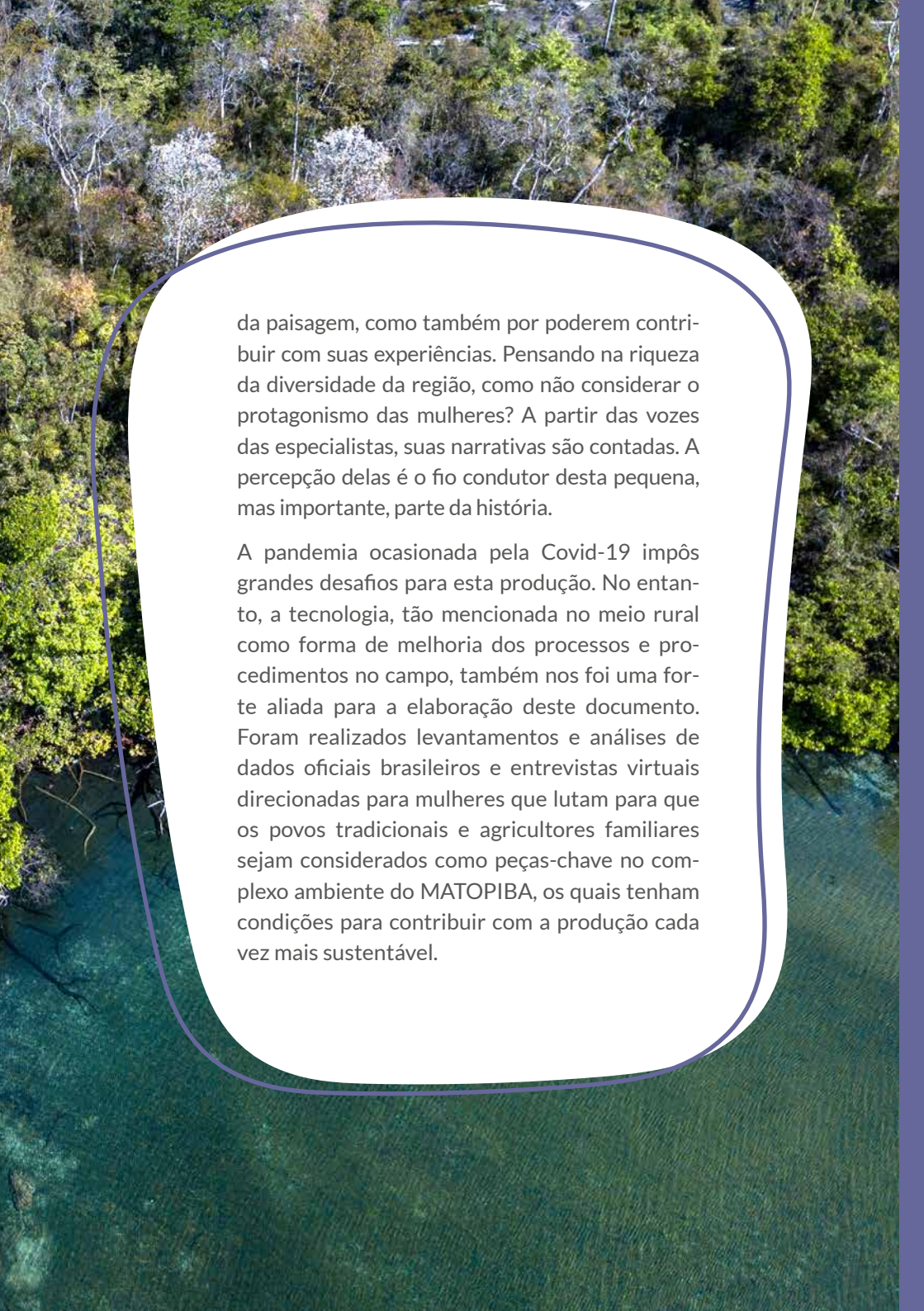
É pensando nisso que o projeto Parceria para o Bom Desenvolvimento, por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente (Global Environment Facility – GEF), publica a coleção de dez cartilhas intitulada **Perspectivas de Gênero para uma Produção Sustentável**.

Nesta cartilha, trazemos o tema **Comunidades Tradicionais e Agricultura Familiar: a contribuição das comunidades tradicionais e da agricultura familiar para a garantia da conservação da biodiversidade**. O avanço da fronteira agrícola no Brasil sempre teve à sua frente não apenas a vegetação nativa, mas também as populações locais, comunidades tradicionais e agricultores familiares com meios de vida interdependentes (ou entrelaçados) da biodiversidade da região onde se estabeleceram. Como foi a dinâmica de deslocamento dessa fronteira no MATOPIBA? Como os povos tradicionais estão se ajustando à chegada de pessoas oriundas de outras regiões do país? Quais são os elementos que contribuem para uma relação virtuosa nesse encontro? Finalmente, como as mulheres dessas populações tradicionais estão contribuindo para o desenvolvimento no MATOPIBA? Essas são algumas das perguntas norteadoras que buscamos responder. E, para contribuir com esse olhar, no decorrer desta publicação, apresentaremos as percepções das especialistas **Aurenilde Santos, Ellen Acioli e Isabel Benedetti Figueiredo**.

Boa leitura!

## INTRODUÇÃO

Esta cartilha é uma contribuição para a análise das populações tradicionais e agricultores familiares sob a perspectiva de gênero. Falar dessas populações é um grande desafio para a agropecuária brasileira. A partir da narrativa das especialistas, são apresentados os principais temas associados ao fato de estarem no centro da fronteira agrícola, lugar de expansão e inovação. Buscamos também conhecer como essas populações estão se organizando para continuarem a desempenhar as importantes funções social, cultural e ambiental no MATOPIBA – acrônimo criado a partir das iniciais dos estados componentes: Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Ao se pensar em alternativas de produção sustentável na região, em especial nas cadeias produtivas da soja e do gado de corte, as comunidades tradicionais e os agricultores familiares devem ter seus territórios e meios de vida salvaguardados, não só porque fazem parte

An aerial photograph of a lush, green forest with a white callout box in the center. The box has a dark blue border and contains two paragraphs of text. The background shows a dense canopy of trees with varying shades of green and some bare branches, suggesting a diverse ecosystem.

da paisagem, como também por poderem contribuir com suas experiências. Pensando na riqueza da diversidade da região, como não considerar o protagonismo das mulheres? A partir das vozes das especialistas, suas narrativas são contadas. A percepção delas é o fio condutor desta pequena, mas importante, parte da história.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 impôs grandes desafios para esta produção. No entanto, a tecnologia, tão mencionada no meio rural como forma de melhoria dos processos e procedimentos no campo, também nos foi uma forte aliada para a elaboração deste documento. Foram realizados levantamentos e análises de dados oficiais brasileiros e entrevistas virtuais direcionadas para mulheres que lutam para que os povos tradicionais e agricultores familiares sejam considerados como peças-chave no complexo ambiente do MATOPIBA, os quais tenham condições para contribuir com a produção cada vez mais sustentável.

## AURENILDE SANTOS



A vida no meio rural nunca saiu de Áurea, como gosta de ser chamada. Passou boa parte da infância na roça e começou, desde cedo, a atuar em movimentos sociais. Mais madura, passou a atuar junto a sindicatos e coletivos de trabalhadores rurais. É brigadista da Associação de Combatentes de Incêndios Florestais de Formosa do Rio Preto (Aciforp), na Bahia. Faz parte também de outra organização pró-cultura, ligada ao movimento de mulheres, com grande proximidade com as comunidades geraizeiras do Alto Rio Preto, que atua junto às mulheres do artesanato de capim-dourado, do extrativismo e também da agricultura familiar.

Nascida e criada na Amazônia, deixou sua terra aos 20 anos para estudar. É formada em biologia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com mestrado em ecologia e conservação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e especialização em projetos sustentáveis e mudanças climáticas pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atualmente, é aluna especial do doutorado em sociedade, natureza e desenvolvimento no oeste do Pará, em que desenvolve uma pesquisa sobre conservação ambiental e gênero. É a coordenadora e cofundadora da Associação de Mulheres Indígenas Suraras do Tapajós. Compõe o grupo de trabalho Gênero e Clima do Observatório do Clima. Fez parte do quadro da Conservação Internacional Brasil (CI-Brasil), atuando com apoio e desenvolvimento de cadeias produtivas não madeireiras.

## ELLEN ACIOLI





## ISABEL BENEDETTI FIGUEIREDO

Ecóloga pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) e mestre na mesma cadeira pela Universidade de Brasília (UnB), Isabel trabalha desde essa época com temas relacionados ao uso sustentável de produtos da sociobiodiversidade do Cerrado junto a povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Há quinze anos coordena o programa Promoção de Paisagens Produtivas Ecosociais (PPP-Ecoç), um fundo independente de apoio às iniciativas de base comunitária, com grande foco de atuação no Cerrado.



# SOBRE O MATOPIBA E SUAS COMUNIDADES TRADICIONAIS

---

*“Eu comecei nas comunidades  
geraizeiras<sup>1</sup>, um povo que está lá  
em cima protegendo, cuidando.  
Para mim, de certa forma, eles são  
guardiões das águas.”*

Aurenilde Santos

---

As comunidades tradicionais no MATOPIBA são muito antigas. Naturalmente, os indígenas são nativos e os primeiros proprietários das terras do Cerrado. Entre os novos e os velhos donos, existem diferentes finalidades para a terra e o que está sobre ela (fauna e flora). Falar sobre comunidades tradicionais na grande fronteira agrícola chamada MATOPIBA é intrinsecamente falar sobre grandes desafios: reconhecer identidades, respeitar quem do solo sempre viveu e aliar tudo isso a novas formas produtivas sustentáveis, que mantêm o solo nutrido e fértil, ao mesmo tempo que geram água e garantem alimento e produtos para as atuais e futuras gerações.

A área contínua do Cerrado, dos chapadões centrais do Brasil, apresenta uma população indígena atual de aproximadamente 44.118 habitantes, distribuídos principalmente em terras do Maranhão, Tocantins, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Essa população engloba 26 povos de características culturais diferenciadas, cujas situação atual e fragmentação demográfica não refletem a importância que o espaço geográfico do Cerrado teve na sua fixação durante longos períodos, nem a forma de ocupação deste espaço por tal população<sup>2</sup>.

Em toda a extensão territorial brasileira não existem vazios populacionais. Mesmo onde os dados oficiais não evidenciam, estão presentes comunidades que

---

1. Geraizeiros são as populações que habitam os campos gerais do norte do estado de Minas Gerais.

2. Barbosa (2011, p. 11).

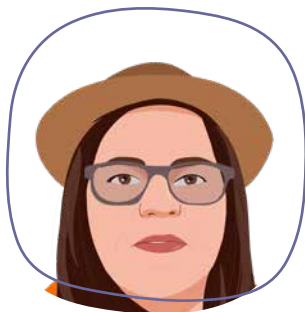
usam as paisagens para reprodução de suas práticas culturais. No Cerrado, essas regiões são utilizadas pelas comunidades tradicionais para a coleta de frutos e plantas medicinais, para a solta do gado, para as roças, e para a caça. As comunidades que hoje habitam o bioma são ainda muito desconhecidas. Como apresentado na cartilha introdutória desta série, que versa sobre a questão de gênero no MATOPIBA, as pesquisas que mapeiam esses grupos populacionais no Cerrado ainda são incipientes. No entanto, elas são iniciativas que buscam dar cara, voz e identidade a esses milhares de pessoas. “Em um ano de trabalho, nós aumentamos em 3,5 vezes o número de comunidades rurais registradas para uma região do Brasil que abrange a grande parte do MATOPIBA. Os dados oficiais do IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] ainda não conseguem refletir a realidade de muitas das vilas, povoados, comunidades, localidades”, explica a especialista Isabel Benedetti Figueiredo. Ela destaca que, embora a sigla MATOPIBA possa parecer nova, é uma área muito conhecida por diversas comunidades e povos tradicionais. A pesquisadora enxerga que há esforços conjuntos de um grupo grande de investidores e atores do mundo do agronegócio para trazer o



desenvolvimento, mas ainda estamos falando do maior remanescente de vegetação nativa do Cerrado, visto que a parte centro-sul do bioma vem sendo convertida em pasto e área cultivada, de antes da década de 60 até a atualidade. No entanto, muitas áreas são de uso tradicional de comunidades dos mais variados tipos de identidade, mas que não têm necessariamente organização política, influência, conhecimento a respeito dos seus direitos. “A questão da gentrificação<sup>3</sup> anda junto com a especulação imobiliária. Então, funciona na mesma lógica também de negar a identidade: se você a nega, você trabalha em uma vertente de não reconhecer o território como território indígena para ter acesso mais facilmente a essas terras”, pontua Ellen Acioli.

O cerne do problema está na diferença entre as visões de mundo: os povos indígenas questionam a ideia de desenvolvimento do não indígena que conduz a ampliação das atividades no MATOPIBA, baseada nas relações de produção engendradas pela expansão do capital. Há, também, o ponto de vista a partir do olhar dos povos originários, no qual a cosmovisão<sup>4</sup> é fundamentada no relacionamento com a terra, ou seja, pressupõe outro modo de compreender a vida. Aurenilde Santos, que compõe uma dessas comunidades, fala um pouco do impacto.

*“A expansão do agronegócio na nossa região impacta diretamente as comunidades geraizeiras do Alto Rio Preto. Nós temos vários desafios na nossa comunidade. Desafios que vão desde questões agrárias, que envolvem a compra de terras em direção de áreas tradicionalmente nossas, das comunidades e dos guardiões das águas, mas também todos aqueles que cuidam da natureza e que fazem sua agricultura de subsistência, sua agricultura familiar.”*



### **Aurenilde Santos**

3. Processo de transformação urbana que “expulsa” moradores de bairros periféricos e transforma essas regiões em áreas nobres.

4. As experiências e os saberes indígenas consideram o universo em sua totalidade e inserem o ser humano em uma complexa rede de relações que envolvem os seres, naturais e sobrenaturais, integrando a vida como um todo. Essas cosmovisões não se confundem e nem podem ser contidas dentro da lógica materialista e mercadológica, com a qual estamos habituados (Bonin, 2015).

A demarcação das terras indígenas é um grande e complexo problema, por exemplo, quando ela é feita em “ilhas”, isto é, em pequenas áreas cercadas por fazendas, unidades de conservação ou áreas públicas. A ampliação dessas áreas, que garantiriam a sobrevivência física e cultural dessa geração e das próximas, é entendida como uma obrigação do Estado, segundo a Constituição Federal de 1988<sup>5</sup>.

Os conhecimentos populares e locais são validados por terem sido utilizados largamente para produzir e conviver com biomas extremamente sensíveis. Temas como conservação e preservação da natureza; da autonomia decisória das famílias; e da produção com pouco ou nenhum uso de insumos químicos são elaborados por meio de suas práticas e modos de vida.

Esse modo de vida da população tradicional tem posições opostas à racionalidade da ocupação do solo feita a partir dos padrões do uso intenso de insumos modernos e em grande escala (discutidos nas cartilhas 2 e 4 desta série, que versam sobre agricultura de baixo carbono e inovação tecnológica na agricultura, respectivamente), os quais estão associados à monocultura. As comunidades tradicionais e a agricultura familiar têm uma forma de produzir que naturalmente se enquadra em vários protocolos de gestão dos recursos do capital natural, discutido na Cartilha 7.

A produção e a permanência das populações tradicionais no MATOPIBA representam um importante contraponto à concentração de terras, tornando-as protagonistas políticas e sociais. Além disso, as formas tradicionais de produção podem contribuir para que a paisagem das lavouras de *commodities* possa ser mais diversificada, tornando-as também um contraponto à uniformidade das lavouras de monocultura, e, sobretudo, são lócus de resiliência social e ambiental.

---

5. Bethonico (2021).

## Comunidades tradicionais e agricultura familiar

Povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto nº 6.040/2007, art. 3º, inciso I).

Os povos e comunidades indígenas e tradicionais do Cerrado são os herdeiros contemporâneos dessa longa história. Eles representam a sociodiversidade do bioma e ao mesmo tempo são os guardiões do patrimônio ecológico e cultural da região<sup>6</sup>.

O uso sustentável se contrapõe à agricultura tradicional, que compromete a manutenção dos recursos naturais. O uso racional parte da necessidade de reflexão sobre as práticas do conhecimento empírico tradicional, com base em conhecimentos e informações técnica<sup>7</sup>.

A agricultura familiar e o extrativismo são importantes aliados na conservação dos agroecossistemas por formarem paisagens produtivas que proporcionam a continuidade dos serviços ambientais prestados pelo Cerrado, tais como a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono<sup>8</sup>.

6. ActionAid (2017).

7. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/portal/populacoestracionais>>.

8. ActionAid (2017).

# MUDANÇA OBSERVADA AO LONGO DOS ANOS

---

*“Não compensa você perder sua terra, você perder a sua água limpa, para que a juventude tenha CLT.”*

Isabel Figueiredo

---

No MATOPIBA, os processos de ocupação do solo são múltiplos e complexos e correm em paralelo. “O que me chama mais atenção são processos de bastante exclusão e expropriação e desrespeito aos direitos”, enfatiza Figueiredo. Na região do oeste da Bahia, há alguma ocupação de terras públicas, bastante violência no campo, algumas fazendas que são bem grandes. Na região de Correntina, no mesmo estado, a questão principal é a de uso e posse dos rios: outorgas para o uso da água em larga escala, a exemplo de algumas propriedades que consomem sessenta vezes mais água que a população inteira do município.

No entanto, há também o papel da própria comunidade, como forma de subsistência, como nos conta Figueiredo: “Existem alguns jovens dessas comunidades que prestam serviço para as fazendas, trabalham no período da colheita para conseguir um dinheiro extra”. Entretanto, não há ainda um processo de inclusão sistemático, buscando aliar conhecimentos e interesses, para capacitá-los e a outros das comunidades – geralmente são trabalhos braçais, como operador de máquina, carregador de peso, misturador de defensivos agrícolas. “Não existe um esforço para que a comunidade seja incluída, até porque ela não tem tanto interesse nisso, tem interesse em continuar o seu modo de vida. A comunidade quer trabalho por meio de ocupações que não contaminem o solo ou a água, nem tirem suas terras produtivas”, analisa. No final das contas, aponta a especialista, “não compensa a cessão de uma série de benefícios para o meio ambiente em detrimento de uma carteira assinada”.

Aurenilde dos Santos vê que a expansão do agronegócio gerou a necessidade dos povos tradicionais se unirem para lutar pelos seus direitos. Ela destaca também que a participação de organizações do terceiro setor e a implementação de projetos na área foram fundamentais para dar suporte e potencializar a luta das diferentes comunidades em uma mesma causa para defender o seu território. “Acredito que o povo ficou encurralado, o direito de ir e vir ficou comprometido”, conta. “Por exemplo, há várias aldeias que nem sempre conseguem pegar o capim-dourado coletado por mulheres de outras comunidades por conta da locomoção. Por quê? Porque está lá encurralado, há cerca, guardas, vigilância”, analisa.

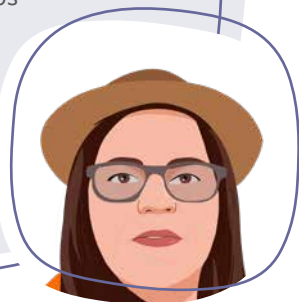




## Histórias da comunidade

“Eu estava conversando com a moça que é liderança lá em Formosa do Rio Preto [no estado da Bahia], e ela falou assim: ‘As pessoas que hoje não queriam ser quilombola, que tinham vergonha de dizer que eram do Buritizinho, hoje querem ser do Buritizinho’. Então, eu falei para ela sobre a questão de se reconhecer, porque as pessoas tinham preconceito de dizer de onde são, mas elas estão se identificando, está sendo um processo. Atualmente, nenhuma moça de Cacimbinha tem mais vergonha de dizer que é de Cacimbinha, que é de Aldeia, que é de Cachoeira, que é de Marinheiro, que é dessas comunidades... as pessoas não se envergonham mais. Porque antigamente, para elas, falar “eu sou geraizeira” era no sentido pejorativo. E eu mesma tinha vergonha de me reconhecer como tal. Eu tinha vergonha de ser quilombola, de dizer que era da comunidade de Buritizinho. Hoje não – vejo essa questão das pessoas se autoidentificarem, não terem vergonha. Uma senhora de Cacimbinha, dona Clara, artesã, uma figura maravilhosa, fez um relato uma vez de que tinha vergonha de dizer, por causa do preconceito, que ela era geraizeira. Então, ela disse que uma vez teve a oportunidade de ir a um evento na Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob). Quando falou o nome dela, que era dona Clara da comunidade de Cacimbinha Alto Gerais do Rio Preto, o auditório inteiro levantou e aplaudiu. Ela disse que, a partir dali, passou a ter orgulho, a falar aos quatro cantos que ela era geraizeira. Então, essa questão da expansão do agronegócio serviu para que as pessoas se unissem, para que se autoidentificassem.”

**Aurenilde dos Santos**



A agricultura familiar e o extrativismo são importantes aliados na conservação dos agroecossistemas por formarem paisagens produtivas que proporcionam a continuidade dos serviços ambientais prestados pelo Cerrado, tais como a manutenção da biodiversidade, dos ciclos hidrológicos e dos estoques de carbono. Todo esse perfil humano complexo foi forjado no que é chamado de *homo cerratensis*, “o homem do Cerrado”, com traços culturais específicos que devem ser entendidos em seu longo processo formativo, dado o atual contexto de desagregação e fragmentação social que enfrentam as comunidades indígenas e tradicionais nesse bioma<sup>9</sup>.

As comunidades tradicionais formam uma complexa relação com a paisagem e a atividade produtiva. No extrativismo do babaçu dos estados de Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará, trabalham milhares de mulheres, auxiliadas por crianças. Há cerca de 400 mil pessoas, quase todas mulheres, que sobrevivem do extrativismo, da industrialização do óleo e de outros produtos do babaçu. Nas comunidades que vivem do extrativismo, costuma-se dizer: se alguma mulher ainda não foi “quebradeira de coco”, um dia virá a sê-lo. Essa atividade é feminina, por tradição, e executada de modo artesanal<sup>10</sup>.

O extrativismo do babaçu é uma atividade antiga e de importância social e econômica. Com a contribuição da mobilização política de entidades representativas dos camponeses, foi criado em 1957 o Grupo de Estudos do Babaçu, com a finalidade de apresentar sugestões para o desenvolvimento da produção do fruto<sup>11</sup>. Ao longo das décadas, foram surgindo vários grupos de defesa das produtoras e dos territórios de produção de babaçu ligados a sindicatos, movimentos sociais e Igreja. Mais recentemente, em 1990, foi criado o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu (MIQCB) e, em 2002, surgiu a Associação do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu (AMIQCB), constituindo-se em uma organização de mulheres camponesas que se reuniram a partir de critérios de luta em defesa do ambiente, com a proposta de agroextrativismo do coco-babaçu, de preservação e do livre acesso aos babaçuais. Essa proposta foi estabelecida, em muitos casos, a partir de lutas de caráter político-jurídico, como a construção de uma proposta de legislação específica (Lei Babaçu Livre), e por formas particulares de cooperação e

---

9. Barbosa (2017).

10. Disponível em: <<https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/babacu/>>.

11. Rêgo e Andrade (2005).

associativismo, ao lado, ainda, de uma organização institucional própria que compreende os estados de Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins<sup>12</sup>.

Os conflitos na região entre os posseiros e as novas frentes de ocupação estão relacionados a vários elementos, entre eles a valorização das terras. Também há conflito na estrutura institucional relacionado aos documentos que garantem o direito de propriedade a essa nova frente<sup>13</sup>. Os posseiros, que viviam nas terras devolutas, habitavam (e habitam ainda hoje) as áreas dos chamados Baixões, por onde corriam os rios nascidos nas chapadas, de onde podiam se suprir de água e de pesca; e construir suas casas; produzir a roça (mandioca, arroz, milho, feijão); ter criação de porcos, galinhas e aves etc. As chapadas faziam parte daquelas áreas devolutas não ocupadas, com regime hídrico intermitente, não permitindo a moradia, mas sim a criação de gado, a caça, a coleta de frutas e raízes medicinais. A relação entre as terras comuns da Chapada e a posse nos Baixões era o que permitia a vida desses camponeses posseiros<sup>14</sup>.

12. Rêgo e Andrade, 2005.

13. Soares (2009, p. 86).

14. Alves (2006); Soares (2009).



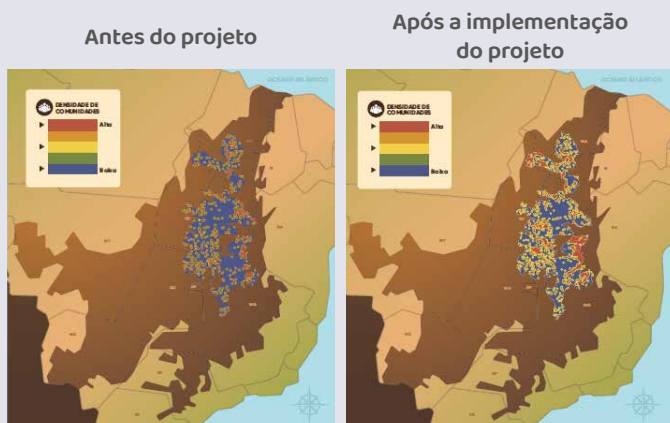
## Por que as comunidades tradicionais devem ser mapeadas

No Brasil ainda não há um número preciso de quantos povos e comunidades tradicionais. No entanto, iniciativas como a das organizações não governamentais (ONGs) Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam) e Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN) têm contribuído muito para o cadastramento desses grupos, por meio do aplicativo Tô no Mapa, o qual permite que comunidades tradicionais e agricultores familiares de todo o Brasil façam o automapeamento de seus territórios.

O número de comunidades mapeadas pelo projeto foi 3,5 vezes maior do que as comunidades presentes nos dados oficiais. O mapa abaixo mostra a densidade de comunidades no início e no fim do trabalho. A variação de cores representa o número de comunidades na região.

O mapeamento das comunidades tradicionais é uma oportunidade para ampliar o conhecimento de seus membros sobre o território. “Por exemplo, é interessante envolver jovens e outras pessoas que não conhecem todo o território para realizarem o mapeamento, uma vez que isso pode gerar uma sensação maior de pertencimento e um maior interesse de cuidar do território<sup>15</sup>.”

É uma oportunidade para a comunidade conversar sobre o planejamento do território, por exemplo, sobre o crescimento da população e a degradação dos rios e da mata, bem como de todos os ecossistemas. A comunidade, com esses dados, pode debater as suas ações, como o uso familiar dos recursos naturais. Além disso, pode analisar se são necessários novos acordos comunitários para que as famílias possam continuar habitando aquele espaço por mais algumas gerações.



Fonte: Ipam, 2020.



## Regularização fundiária: complexa e necessária

A realidade agrária do MATOPIBA é complexa e merece especial atenção dos agentes públicos e privados. As áreas legalmente atribuídas – quilombolas, terras indígenas, assentamentos rurais e unidades de conservação federais e estaduais – somam 0,3%, 5,7%, 5,1% e 12,1% do território do MATOPIBA, respectivamente<sup>15</sup>.

**Tabela 1** - MATOPIBA: áreas e territórios legalmente atribuídos (2014)

Identificação	Número de unidades	Área (ha)	Área/MATOPIBA (%)
Unidade de conservação	42	8.838.764	12,1
Terras indígenas	28	4.157.189	5,7
Assentamentos rurais*	865	3.706.699	5,1
Quilombolas	34	249.918	0,3
Outras áreas	-	56.220.915	76,8
<b>Área do MATOPIBA</b>	-	<b>73.173.485</b>	<b>100</b>

Fonte: Fonseca e Miranda (2014).

\*Vivem aproximadamente 100 mil famílias.

15. Disponível em: <<https://bit.ly/3lhVfld>>.

16. Bolfe et al. (2016).

**Figura 1 -** Relação dos serviços e funcionalidades da agricultura familiar com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: Pereira (2019).

## MULHERES E SEU PODER DE ORGANIZAÇÃO

Como já mostrado nas outras cartilhas desta série, as mulheres têm um papel estratégico na sociedade, uma forma de organização que as diferencia dos homens por pensarem no médio e longo prazo, inclusive nas gerações futuras. “Nós vemos em algumas cadeias, na Europa e na África, por exemplo, que a mulher tem um senso de organização grande, também definido social e culturalmente de cuidado e de empatia. Somos ensinadas a cuidar desde criança”, observa Ellen Acioli. Por essas características, mulheres acabam

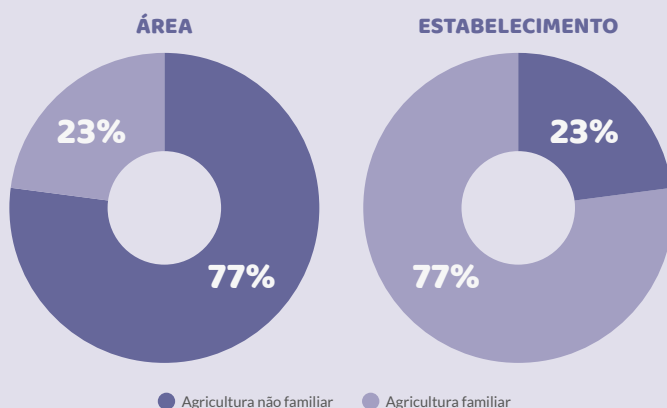
tendo um viés mais empático de inclusão, o que se expressa nas lideranças de diversas organizações que atuam em diversos territórios, seja acerca de questões ambientais ou proteção de direitos, por exemplo. Portanto, é necessário dar visibilidade e valorizar seu papel, opinião e experiência. “Nós temos que lutar realmente por equidade, igualdade e inclusão. Todos nós temos os mesmos deveres e direitos, inclusive o de ocuparmos qualquer posição, sem sermos julgados ou subjugados por uma questão identitária de gênero”, defende a especialista.

As comunidades quilombolas são, em grande maioria, matriarcais. No Jalapão, por exemplo, as mulheres correspondem pela maior parte das lideranças: só as quebradeiras de coco-babaçu são 450 mil, que se organizam por meio de um movimento que vai do Pará e passa por Tocantins, Piauí e Maranhão. “Eu não sei se quem declarou a pequena propriedade delas foi o homem, mas quem está indo na reunião do sindicato são elas, então, esse dado reflete um pouco a realidade”, opina Isabel Figueiredo. Entretanto, essa participação varia muito e depende da finalidade. Por exemplo, em assentamentos, que têm a pecuária como principal forma de produção, observa-se um ambiente bastante masculino, ainda que em casa as mulheres comecem a se organizar, a querer elaborar projetos, como avaliam as nossas especialistas. Na prática, elas têm observado diversas iniciativas de implementação de projetos, e tudo isso costuma gerar incômodo aos homens, apesar de propiciarem uma independência financeira para elas. “Elas costumam manter uma vontade maior de mudança, de agitação, de inovação, são quem toma e não toma a iniciativa para fazer o manejo de uma fruta que está perdendo, fazer polpa de fruta, geleia e vender hortaliça”, exemplifica Figueiredo.

No campo, Aurenilde vê todo esse protagonismo expresso, sobretudo, na agricultura familiar. No caso do buriti e do pequi, por exemplo, “nós não temos mulheres além da agricultura familiar, que estão fora de atividades como o extrativismo, o artesanato do capim-dourado, e a própria fibra do buriti”, revela, o que mostra que os desafios para crescerem e se manterem ainda são grandes.

## Agriculturas familiar e não familiar

Gráfico 1 - Proporção das áreas e do número de estabelecimentos



Fonte: IBGE (2019).

Agricultura familiar ocupa **12,5 pessoas/100 ha**

Agricultura não familiar ocupa **1,8 pessoa/100 ha**

Tabela 2 - Brasil: pessoal ocupado e densidade de pessoas ocupadas por área nos estabelecimentos segundo os tipos (2017)

Tipos de estabelecimentos	Pessoas	Pessoas/100 ha
Agricultores familiares	10.115.559	12,5
Pronaf Grupo B	6.687.469	16,1
Pronaf Grupo V	3.324.838	8,8

(Continua)



(Continuação)

<b>Tipos de estabelecimentos</b>	<b>Pessoas</b>	<b>Pessoas/100 ha</b>
Fora do perfil Pronaf	103.252	6,9
Agricultores não familiares	4.989.566	1,8
<b>Brasil</b>	<b>15.105.125</b>	<b>4,3</b>

Fonte: IBGE (2019).

Elaboração: Del Grossi (2019).

Obs.: Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Os produtores familiares produziam em média R\$ 132 a cada 100 ha de área, praticamente igual aos não familiares: R\$ 133.

**Tabela 3 - Brasil: valor da produção e produtividade média por área dos estabelecimentos segundo os tipos (2017)**

<b>Tipos de estabelecimentos</b>	<b>Valor da produção (R\$ bilhões)</b>	<b>Valor (R\$/100 ha)</b>
Agricultores familiares	106	132
Pronaf Grupo B	13	31
Pronaf Grupo V	74	196
Fora do perfil Pronaf	19	1.297
Agricultores não familiares	359	133
<b>Brasil</b>	<b>465</b>	<b>132</b>

Fonte: IBGE (2019).

Elaboração: Del Grossi (2019).



## FUTURO: A RESPONSABILIDADE É DE QUEM?

---

*“Eu acho que um caminho é nós pensarmos em uso e ocupação do solo.”*

Ellen Acioli

---

Populações tradicionais devem ter especial atenção no planejamento e na gestão territorial. As mulheres, especialmente, têm importante protagonismo na estabilidade de reprodução dessas famílias, assim como na

produção. Elas são responsáveis pela agricultura de quintal, cuja forma de produzir tem como base a diversificação, que provém os meios de vida desses pequenos produtores e as suas comunidades. Em torno das mulheres, orbita importante movimento ecológico de resistência à monotonia da paisagem, que se traduz em proteger o capital natural nas suas mais diversas formas. As ações privadas, ONGs e o setor público devem considerar o planejamento de gênero e levantar as necessidades de curto e longo prazo.

Muitas dessas comunidades rurais tradicionais são produtores ecológicos conectados com os grandes movimentos internacionais de preservação e valorização dessas populações: “(...) agroecologia substantiva-se como prática produtiva e de vida, (...) contrapondo-se ao cultivo convencional e à produção em larga escala centrada no uso de insumos químicos e na mecanização”<sup>17</sup>.

Para as nossas especialistas, é fundamental desenhar ferramentas de uso e ocupação do solo, seja de zoneamento ecológico-econômico, plano diretor ou plano de uso. “É colocar todos os atores e considerar na dinâmica territorial social, econômica, cultural e ambiental todos que utilizam determinado território. Entender suas expectativas e estabelecer limites. Chegar a um consenso, sabendo que da mesa de negociação cada um terá que ceder um pouco, desde que direitos sejam resguardados e o processo seja inclusivo”, avalia Ellen Acioli. Ela acredita na efetividade das ferramentas de desenvolvimento territorial de ocupação do solo como prática. “O poder público tem que garantir o cumprimento dessas ferramentas desde que o processo de construção tenha sido representativo e inclusivo, valorizando e dando vez e voz aos diferentes atores dos territórios sem privilegiar camadas de maior poder de influência financeira e *lobby* político”, opina.

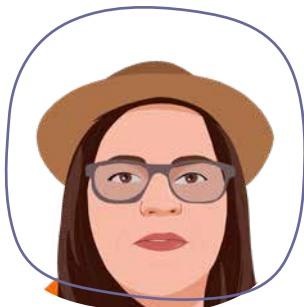
Já para Isabel Figueiredo, o cerne da resolução está na regularização fundiária. “Uma vez com a segurança fundiária, a pessoa investe em desenvolvimento, melhorias no seu engenho, na sua casa de farinha e na compra de uma carretinha para transportar o que ela coleta no Cerrado”, avalia. Para ela, as cadeias de produtos da sociobiodiversidade são a alternativa de geração de renda e de desenvolvimento rural com um potencial imenso.

---

17. Saquet (2017, p. 82).

Para Aurenilde, que vive junto às comunidades, é a educação, assistência técnica e extensão rural que podem promover uma real mudança de paradigma e situação e que ajudam a valorizar o conhecimento produzido por essas pessoas em harmonia com o território em que vivem. É necessário entender o ciclo dos alimentos, do solo, ou seja, da própria natureza. E, claro, essa vivência única que o contato com ela nos proporciona.

*“Acredito no curso de educação ambiental, um curso ligado ao manejo do capim-dourado, por exemplo. Hoje eu vendo 1 kg por 20, 30 reais. Peguei o dinheiro e acabou. Não vou ter para mostrar para meus netos, para as minhas gerações futuras, o que era um capim-dourado. Eu falo que as árvores não vão faltar para nossa geração. E as futuras? Eu falo, por exemplo, do pau-brasil: lá no livro de história nós aprendemos o que era, mas eu mesma não o conheço. Eu acho que o fruto tem que ser tirado na época certa.”*



### **Aurenilde Santos**

Os conhecimentos tradicionais podem nos oferecer novos caminhos e formas de manter uma relação mais equilibrada e harmônica com os recursos naturais do Cerrado. Em meio às inovações, o que foi sedimentado pelo tempo e pela experiência vem resistindo a essa maré tecnológica, mostra-se resiliente. Estudos e experiências têm demonstrado que os conhecimentos tradicionais são fontes de inovação, podem complementar e interagir com as novas tecnologias. “Nesse sentido, por que não apreender dos indígenas e de tantas outras comunidades tradicionais os saberes necessários para melhor viver e deixar viver o Cerrado?”<sup>18</sup>

18. Bicalho e Miranda (2015, p. 63).

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

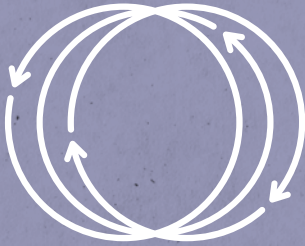
- ACTIONAID. **Impactos da expansão do agronegócio no MATOPIBA: comunidades e meio ambiente.** Rio de Janeiro: ActionAid, 2017.
- ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses: formação territorial no império do agronegócio.** 2006. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BARBOSA, A. S. Cerrado: “dor fantasma” da biodiversidade brasileira. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, n. 382, p. 11-15, 28 nov. 2011.
- BETHONICO, M. B. de M. A política de demarcação de terras indígenas: o caso da terra indígena Boqueirão-Roraima Brasil. **GEOgraphia**, v. 23, n. 50, 2021.
- BICALHO, O. S. S.; MIRANDA, S. C. Biodiversidade do Cerrado: sustentabilidade e saberes indígenas. **Élisée-Revista de Geografia da UEG**, v. 4, n. 1, p. 53-67, 2015.
- BOLFE, É. L. *et al.* MATOPIBA em crescimento agrícola: aspectos territoriais e socioeconômicos. **Revista de Política Agrícola**, v. 25, n. 4, p. 38-62, 2016.
- BONIN, I. Cosmovisão indígena e modelo de desenvolvimento. **Jornal Porantim**, encarte pedagógico V, jun./jul. 2015. Disponível em: <<https://cimi.org.br/cosmovisao-indigena-e-modelo-de-desenvolvimento/>>.
- DEL GROSSI, M. A identificação da agricultura familiar no censo agropecuário 2017. **Revista Necat**, v. 8, n. 16, p. 46-61, 2019.
- FONSECA, M. F.; MIRANDA, E. E. **MATOPIBA: classificação do quadro agrário.** Campinas: Embrapa, 2014. (Nota Técnica, n. 6).
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3yhET0c>>.
- PEREIRA, R. S. Agricultura familiar: desafios para a sustentabilidade socioeconômica e ambiental. *In*: MUNIZ, A. W. *et al.* **Pesquisa e agricultura familiar: intercâmbio de ações e conhecimentos para transferência tecnológica na Amazônia.** Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2019.

RÊGO, J. L.; ANDRADE, M. de P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco-babaçu no Maranhão. *Agrária*, n. 3, p. 47-57, 2005.

SAQUET, M. A. **Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora Sequência, 2017.

SOARES, Z. A. B. **Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio, Tocantins**: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.





# GOOD GROWTH PARTNERSHIP

